



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

Fábia Karla Soares Mendes

**Gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de
Graduação em Saúde Coletiva no Brasil**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
SAÚDE COLETIVA

Fábia Karla Soares Mendes

**Gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de
Graduação em Saúde Coletiva no Brasil**

TCC apresentado ao Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Saúde Coletiva.

Orientador(a): Livia Teixeira

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Mendes, Fabia Karla Soares.

Gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de
Graduação em Saúde Coletiva no Brasil / Fabia Karla Soares Mendes. - Vitória
de Santo Antão, 2026.

34, tab.

Orientador(a): Livia Teixeira de Souza Maia

(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de
Vitória, Saúde Coletiva - Bacharelado, 2026.

1. saúde coletiva. 2. projetos pedagógicos de curso. 3. gênero. 4.
diversidade sexual. 5. diretrizes curriculares nacionais. I. Maia, Livia Teixeira
de Souza . (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

Fábia Karla Soares Mendes

**Gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de
Graduação em Saúde Coletiva no Brasil**

TCC apresentado ao Curso de Bacharelado de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovado em: 28/01/2026.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Livia Teixeira de Souza Maia (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Petra Oliveira Duarte (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Fabiana de Oliveira Silva Sousa (Examinador Interno)
Universidade Estadual de Pernambuco

RESUMO

Este estudo analisa a inserção de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva no Brasil, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas em 2022. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, baseada na análise documental de 21 PPCs, utilizando uma escala do tipo Likert para avaliar objetivos formativos, componentes curriculares, profundidade da abordagem e referências a políticas públicas. Os resultados indicam que esses temas estão presentes de forma desigual e, majoritariamente, superficial, com predominância de menções implícitas, abordagem transversal fragilizada e pouca articulação com políticas públicas específicas. Conclui-se que há necessidade de fortalecer a incorporação de gênero e diversidade sexual como dimensões centrais da formação em Saúde Coletiva, em consonância com os princípios do SUS e das DCNs.

Palavras-chave: saúde coletiva; projetos pedagógicos de curso; gênero; diversidade sexual; diretrizes curriculares nacionais.

ABSTRACT

This study analyzes the inclusion of content on gender and sexual diversity in the Pedagogical Projects of Undergraduate Courses in Public Health in Brazil, considering the National Curriculum Guidelines approved in 2022. It is a descriptive, quantitative study based on the document analysis of 21 PPCs, using a Likert-type scale to evaluate formative objectives, curricular components, depth of approach, and references to public policies. The results indicate that these themes are present unevenly and, mostly superficially, with a predominance of implicit mentions, a weak cross-curricular approach, and little articulation with specific public policies. It concludes that there is a need to strengthen the incorporation of gender and sexual diversity as central dimensions of training in Public Health, in accordance with the principles of the Brazilian Unified Health System (SUS) and the National Curriculum Guidelines.

Keywords: public health; course pedagogical projects; gender; sexual diversity; national curriculum guidelines.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	A Formação em saúde coletiva e os projetos pedagógicos do curso	10
2.2	Diretrizes Curriculares Nacionais: formação crítica e equidade	10
2.3	Gênero e diversidade sexual como categorias analíticas	11
2.4	O currículo oculto e os silêncios institucionais	13
2.5	Educação Crítica e Transformadora	14
3	OBJETIVOS	16
3.1	Objetivo geral	16
3.2	Objetivos específicos	16
4	METODOLOGIA	17
4.1	Desenho da Pesquisa	17
4.2	População, área e período do estudo	17
4.3	Crítérios de Inclusão e Exclusão	18
4.4	Variáveis do Estudo	18
4.5	Procedimentos para a Coleta de Dados	19
4.6	Matriz Analítica e Escala Likert: Análise dos Dados	20
4.7	Aspectos éticos	22
5	RESULTADOS	23
5.1	Caracterização dos cursos	23
5.2	Objetivos Formativos	23
5.3	Componentes Curriculares	24
5.4	Profundidade e forma de abordagem dos conteúdos	25
5.5	Políticas públicas, marcos normativos e equidade/diversidade	26
5.6	Resultado Geral:Frequência global de todas as dimensões	27
6	DISCUSSÃO	28
7	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva é um campo do saber que compreende a saúde como um processo influenciado por determinantes biológicos, sociais, econômicos e políticos. Seu surgimento remonta à década de 1970, durante a Revolta Sanitária, movimento que criticava o modelo biomédico tradicional e defendia melhorias nas condições de vida da população brasileira. A consolidação da área ocorreu inicialmente na pós-graduação, com destaque para a fundação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), em 1979, que fortaleceu a atuação dos sanitaristas. A partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a Saúde Coletiva ganhou ainda mais relevância, evidenciando a necessidade de formar profissionais capacitados para atuar nas diversas dimensões do cuidado em saúde (Souza, 2014).

Os Cursos de Graduação em Saúde Coletiva (CGSC) começaram a ser implementados em Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de 2008, com o objetivo de suprir lacunas na formação de profissionais capazes de atuar de forma interdisciplinar em áreas como gestão, atenção, vigilância, educação e promoção da saúde. Segundo dados da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atualmente existem 24 cursos de graduação em Saúde Coletiva registrados no Ministério da Educação (MEC), distribuídos em diferentes regiões do país (Lorena *et al.*, 2016).

Com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em 2022, os cursos passaram a seguir orientações que padronizam a estrutura curricular e definem os conhecimentos e competências a serem desenvolvidos ao longo da formação. As diretrizes não tirou o foco dos cursos na preparação de profissionais para atuar em áreas estratégicas do SUS, como a formulação de políticas públicas, os núcleos de apoio à saúde da família, a gestão hospitalar, a vigilância em saúde, a epidemiologia e as ciências sociais aplicadas à saúde (Lorena *et al.*, 2016).

Os CGSC, como os demais cursos superiores no Brasil, são organizados com base nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Alinhado às DCNs, esses documentos funcionam como guias da formação, definindo quais competências devem ser desenvolvidas e quais são os objetivos do curso. Por serem um documento oficial que estabelece os conteúdos obrigatórios e optativos, os PPCs exercem um papel central na inclusão de temas como gênero e diversidade sexual.

Assim, analisar esses documentos permite compreender o grau de compromisso das instituições com uma formação em saúde mais inclusiva e equitativa (Araujo; Silva, 2019).

Considerando que os PPCs devem seguir as DCNs, é importante destacar que, no caso específico da graduação em Saúde Coletiva, essas diretrizes só foram homologadas em 2022. O fato de terem sido implementadas tardiamente mostra que houve um longo período sem regras claras para orientar e padronizar esses cursos, o que exigiu um grande esforço e mobilização por parte da comunidade acadêmica. Desde 2013, o Fórum de Graduação em Saúde Coletiva da ABRASCO esteve à frente desse processo, buscando consolidar um conjunto de orientações que pudesse unificar e fortalecer a formação na área (Teixeira, 2020). Com a aprovação das DCNs, os PPCs ganharam ainda mais importância, por servirem como base para organizar os cursos com princípios como qualidade, coerência e compromisso com o SUS (Castro; Mendonça, 2023).

As DCNs, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 14 de outubro de 2022, estabelecem que a formação em Saúde Coletiva deve ser crítica, reflexiva e comprometida com a melhoria das condições de vida da população. Para isso, os cursos devem considerar, em sua estrutura, fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais que influenciam diretamente os processos de saúde e doença. Nesse cenário, as Ciências Sociais e Humanas desempenham um papel fundamental, ao contribuírem para uma formação mais ampla e sensível às diversas realidades da população. De acordo com as Diretrizes, é responsabilidade das instituições assegurar a valorização dessas áreas na formação, considerando sua contribuição para o desenvolvimento de profissionais sensíveis às desigualdades em saúde (Brasil, 2022).

Entre os diversos temas apontados como essenciais nesse campo, destacam-se as discussões sobre gênero e diversidade sexual. Essas questões ajudam a compreender como desigualdades estruturais interferem nas vivências de adoecimento e cuidado, afetando de forma desigual diferentes grupos da população. Estudos indicam que a ausência ou a abordagem superficial desses temas nos cursos de graduação em Saúde Coletiva ajuda na reprodução de práticas discriminatórias e para as desigualdades no acesso à saúde (Silva; Rasera, 2024).

Alzuir e Brandão (2019), chamam atenção para o fortalecimento de discursos conservadores contrários à abordagem de gênero nas universidades e nas políticas

públicas, o que coloca em risco a formação de profissionais comprometidos com os direitos humanos.

Santos *et al.* (2024) reforçam essa perspectiva ao demonstrar que a escassez de conteúdos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas voltadas à população LGBTQ+ na formação de gestores da saúde dificulta a aplicação de iniciativas como a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+. Os autores destacam que essa lacuna contribui para a manutenção de preconceitos institucionais e a permanência de barreiras no acesso equitativo da população LGBTQ+ aos serviços de saúde.

A inserção de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual nos PPCs dos cursos de Saúde Coletiva é, portanto, uma estratégia importante para consolidar um ensino alinhado aos princípios do SUS, como a equidade, a integralidade e a universalidade. E considerando que as DCNs de 2022 estabelecem a formação crítica e humanística como um dos eixos estruturantes, torna-se relevante investigar de que forma esses conteúdos estão sendo incorporados nas matrizes curriculares dos cursos de graduação (Brasil, 2022).

Embora haja reconhecimento da importância dessas temáticas para uma formação comprometida com os direitos humanos, ainda são poucos os estudos que analisam como elas têm sido tratadas nos PPCs da área.

Esta pesquisa busca compreender de que forma os cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil estão se organizando diante das novas orientações, focando em observar como os temas de gênero e diversidade sexual têm sido incluídos nos Projetos Pedagógicos do Curso e se essa inclusão está em sintonia com os princípios do SUS, como a equidade e o respeito à diversidade. Ao trazer esse olhar, o estudo pretende contribuir com uma compreensão mais detalhada sobre o cenário atual da formação e apoiar reflexões sobre possíveis caminhos para o fortalecimento da formação crítica e inclusiva.

Diante disso, este estudo propõe uma análise: como os temas de gênero e diversidade sexual estão inseridos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva no Brasil?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Formação em Saúde Coletiva e os Projetos Pedagógicos de Curso

A graduação em Saúde Coletiva foi criada para responder a lacunas históricas na formação de profissionais de saúde no Brasil, especialmente diante das exigências do Sistema Único de Saúde (SUS). Diferentemente dos cursos tradicionais voltados à prática assistencial, os cursos de Saúde Coletiva priorizam a formação de profissionais com perfil interdisciplinar, voltados para a gestão, vigilância, educação e promoção da saúde. Essa proposta formativa está alinhada com os princípios do SUS, construído a partir da Reforma Sanitária Brasileira, especialmente após a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986.

Os primeiros cursos de graduação em Saúde Coletiva foram implementados em 2008, e desde então vêm se expandindo em instituições de ensino superior. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), atualmente existem 24 cursos de graduação reconhecidos, com predominância nas regiões Norte e Nordeste e forte presença de instituições federais (Castro; Mendonça, 2023).

A estrutura e o conteúdo desses cursos são definidos nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs), documentos institucionais que orientam a organização curricular e expressam a concepção de formação adotada por cada instituição. Os PPCs estabelecem as competências a serem desenvolvidas, os conteúdos obrigatórios e optativos, e os métodos pedagógicos a serem utilizados. Além de cumprir um papel norteador, esses documentos também refletem os valores, compromissos e prioridades das instituições formadoras, especialmente no que diz respeito à formação de profissionais preparados para atuar de forma crítica e comprometida com as políticas públicas de saúde (Santos; Yamazaki, 2024).

2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais: formação crítica e equidade

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em Saúde Coletiva, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 14 de outubro de 2022, representam um marco na consolidação da área como campo de formação superior. A resolução estabelece que os profissionais devem ser formados com base em uma perspectiva geral, crítica e reflexiva, comprometida com a melhoria das

condições de vida da população. Entre as orientações destacadas no documento, encontram-se a integralidade do cuidado, a interdisciplinaridade, o compromisso com os direitos humanos e a atuação ética e política no enfrentamento das desigualdades sociais em saúde (Brasil, 2022).

As DCNs indicam que os currículos devem estar conectados aos princípios do SUS, ou seja, às necessidades reais da população em saúde. O Art. 23 da resolução apresenta uma série de princípios para a organização dos PPCs, entre eles a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o estímulo à participação popular, a integração com as redes de atenção e gestão em saúde, a valorização da diversidade cultural e o respeito ao pluralismo de concepções (Brasil, 2022). Esses princípios evidenciam o compromisso com uma formação crítica e sensível às desigualdades sociais, ainda que os termos “gênero” e “diversidade sexual” não estejam explicitamente mencionados no documento.

A ausência de uma menção direta a essas temáticas pode gerar interpretações ambíguas por parte das instituições, levando à sua omissão ou à inserção superficial nos currículos. Diante disso, torna-se necessário investigar como os princípios das DCNs estão sendo traduzidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, especialmente no que diz respeito ao compromisso com a equidade de gênero e à valorização da diversidade sexual na formação em saúde coletiva (Silva; Raser, 2024).

2.3 Gênero e diversidade sexual como categorias analíticas

O debate sobre gênero e diversidade sexual tem ocupado espaço crescente nas ciências sociais e na saúde coletiva, consolidando-se como uma categoria analítica importante para compreender as desigualdades em saúde. Não se restringindo à diferenciação entre homens e mulheres, o conceito de gênero é entendido como uma construção social e histórica que organiza relações de poder, normas culturais e expectativas sociais atribuídas aos corpos, sexualidades e identidades (Pimentel, 2017). Esse entendimento crítico, impede a limitação de só entender o gênero apenas como uma diferenciação biológica, permitindo refletir sobre os efeitos do sistema na produção de desigualdades sociais e sanitárias, especialmente quando articulado a outros temas, como raça, classe e território

(Piscitelli, 2009; Silva; Resera, 2024).

Ao longo dos anos, os estudos de gênero avançaram para além das questões centradas na mulher cisgênera, incorporando uma abordagem interseccional que reconhece como diferentes sistemas de opressão se combinam para afetar o acesso à saúde de populações marginalizadas, como pessoas LGBTQIA+, mulheres negras, entre outros. A sexualidade, por sua vez, é entendida como uma parte das relações humanas, atravessada por fatores culturais e políticos, que influencia a forma como as pessoas vivem, se expressam e acessam direitos, inclusive na área da saúde. (Brandão; Alzuguir, 2019).

No entanto, apesar do avanço teórico, a presença desses temas na formação em saúde ainda é limitada. Silva e Rasera (2024), ao analisarem as fichas curriculares de 17 cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil, identificaram que gênero e sexualidade são frequentemente tratados de forma limitada e, muitas vezes, associados apenas à saúde da mulher. Questões como sexualidade masculina, saúde de pessoas trans ou direitos sexuais e reprodutivos aparecem de modo marginalizado, ou nem aparecem. Essa lacuna compromete o preparo dos futuros profissionais para lidar com as várias realidades presentes no SUS e fortalece desigualdades no cuidado.

A formação insuficiente também tem repercussões práticas nos serviços de saúde. Vaz e Lemos (2024), ao investigarem a percepção de gestores da saúde em Pernambuco, identificaram que a ausência de discussões sobre gênero e diversidade sexual na formação de profissionais compromete a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT+. Muitos gestores relataram despreparo e desconforto ao abordar o tema, o que acaba por reforçar práticas que negligenciam essa população no acesso ao cuidado.

A inserção de conteúdos sobre gênero e sexualidade nos currículos é apontada por diversos autores como essencial para uma formação ética, crítica e humanística. Brandão e Alzuguir (2019) demonstram que, quando essas temáticas são abordadas nos cursos de Saúde Coletiva, os estudantes podem se envolver mais e desenvolver um olhar mais crítico sobre as práticas em saúde.

Apesar dessas contribuições, a literatura aponta que ainda são escassos os estudos aprofundados nos temas gênero e diversidade sexual, principalmente com o foco de como estão organizados nas grades curriculares da graduação em Saúde Coletiva. Há um campo aberto para investigações que avaliem não apenas a

presença, mas também a abordagem, a carga horária, os métodos pedagógicos e as referências utilizadas. Compreender como esses temas aparecem ou como aparecem nos Projetos Pedagógicos de Curso é fundamental para avançar na construção de uma formação que dialogue com as demandas sociais e os direitos em saúde (Santos *et al.*; 2020).

2.4 O Currículo Oculto e os Silêncios Institucionais

O que se aprende em um curso vai além do que está escrito no papel. Existe uma parte da formação que acontece de forma indireta, nas atitudes dos professores, nos exemplos do dia a dia e nos temas que são valorizados ou ignorados. Esse conjunto de aprendizados implícitos é chamado de currículo oculto. De acordo com Lima (2013), ao discutir a obra de Michael Apple, o currículo oculto pode reforçar ideias que já são prevalentes na sociedade e deixar de lado saberes importantes, especialmente os que tratam de justiça social, gênero ou diversidade.

Na área da saúde, isso aparece quando temas como gênero e sexualidade são deixados de fora dos planos de ensino ou tratados de maneira superficial. Mesmo que não haja uma regra proibindo essas discussões, o simples fato delas não estarem presentes passa a mensagem de que não são importantes para a formação profissional (Raimondi *et al.*, 2019; Silva; Raserá, 2024).

Araújo (2018) explica que o currículo oculto tem um papel importante na formação mas, quando temas importantes como esses não aparecem nas disciplinas, os estudantes aprendem mesmo sem perceber que essas questões não fazem parte do que é considerado essencial. Isso pode contribuir para a reprodução de uma visão limitada sobre saúde, muitas vezes centrada apenas no corpo e na ausência da doença.

Esses silêncios também afetam o atendimento nas unidades de saúde. Raimondi *et al.* (2019) mostram que, quando gênero e sexualidade são abordados, muitas vezes isso acontece de forma técnica, sem considerar a realidade das pessoas. Já Santos *et al.* (2020) apontam que o silêncio institucional sobre essas temáticas reforça preconceitos e impede a construção de práticas de cuidado mais acolhedoras.

Por isso, entender o papel do currículo oculto que acontece dentro das

instituições é fundamental para pensar uma formação mais crítica. O que não se fala também educa, podendo reforçar desigualdades e comprometer o compromisso com os direitos no SUS.

2.5 Educação Crítica e Transformadora

A formação em saúde não deve se limitar a conteúdos técnicos, ela precisa ajudar os estudantes a entender a realidade e atuar de forma consciente com a mudança social. Essa ideia está no pensamento de Paulo Freire, que defendia uma educação voltada para a liberdade, o diálogo e a justiça (UBES, 2024).

Para Freire, aprender é mais do que decorar conceitos, é refletir e questionar as injustiças. Isso significa que o currículo deve incluir temas que fazem parte da vida das pessoas, levando em consideração as pluralidades (UBES, 2024).

Temas como gênero e diversidade sexual, por exemplo, não podem ser tratados apenas como optativos. Quando esses conteúdos são deixados de lado, reforça a ideia de que esses assuntos não são necessários. Rasesa e Silva (2024) destacam que a ausência dessas discussões nos currículos contribui para a formação de profissionais que, mesmo sem intenção, podem reproduzir práticas discriminatórias.

Logo, é necessário criar espaços, principalmente espaços acadêmicos, que levem em consideração as realidades e quebrem com a lógica de uma educação na qual os estudantes apenas recebem informações prontas e técnicas. No campo da Saúde Coletiva, essa abordagem é especialmente importante, pois os profissionais precisam estar preparados para lidar com as múltiplas formas de desigualdade que atravessam o cuidado.

Logo, temas como gênero e diversidade sexual se fazem necessário de forma aprofundada nas grades curriculares dos cursos de Saúde Coletiva, preparando profissionais mais sensíveis, éticos e alinhados com os princípios do SUS e o respeito à diversidade.

Este trabalho propõe uma análise mais detalhada e organizada da presença dos conteúdos sobre gênero e diversidade sexual nos PPCs do curso de graduação em saúde coletiva, utilizando uma escala do tipo Likert. Essa ferramenta permite observar não apenas se os temas estão presentes, mas também em que medida são

abordados e com qual profundidade. Segundo Silva Júnior e Costa (2014), esse tipo de escala é amplamente utilizado em pesquisas para ajudar a identificar diferentes níveis de presença ou intensidade de um tema. O uso dessa metodologia contribui para uma compreensão mais clara e comparável entre diferentes cursos, representando um avanço no modo como esses conteúdos vêm sendo analisados na formação em Saúde Coletiva.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar a inserção de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva no Brasil.

3.2 Objetivos Específicos

- A) Identificar a presença de temáticas de gênero e diversidade sexual nos objetivos formativos expressos nos PPCs dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva
- B) Verificar os componentes curriculares que abordam gênero e diversidade sexual, caracterizando-os quanto à obrigatoriedade, carga horária e natureza (teórica/prática).
- C) Analisar a abordagem dos conteúdos relacionados a gênero e diversidade sexual nos PPCs, considerando sua presença nos ementários e objetivos de aprendizagem.
- D) Detectar nos PPCs a presença de referências a políticas públicas e marcos normativos voltados à equidade de gênero e diversidade sexual.

4 METODOLOGIA

4.1 Desenho da Pesquisa

Esta é uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, baseada na análise documental dos PPCs dos cursos de bacharelado em Saúde Coletiva.

A pesquisa é considerada descritiva porque busca mapear e organizar informações sobre a presença dos temas gênero e diversidade sexual nos currículos. Ao mesmo tempo, possui um caráter analítico, pois pretende observar de que forma os conteúdos aparecem, se estão distribuídos em disciplinas obrigatórias ou optativas, se são tratados de maneira pontual ou transversal, e qual o nível de aprofundamento.

A opção por uma abordagem quantitativa está ligada ao uso de uma escala de Likert de cinco pontos, que permite classificar a presença e o tratamento dos temas de forma padronizada. Segundo Silva Júnior e Costa (2014), esse tipo de escala é uma das mais recomendadas em estudos sociais por equilibrar simplicidade e precisão na análise. A escala de cinco pontos é especialmente útil por oferecer um meio-termo entre rigor estatístico e clareza para a interpretação dos dados, o que a torna adequada para estudos que envolvem análise de documentos institucionais.

Com essa metodologia, foi possível observar e comparar como cada curso aborda as questões de gênero e diversidade sexual, contribuindo para um panorama mais claro sobre como esses temas estão sendo tratados na formação em Saúde Coletiva.

4.2 População, área e período do estudo

A população deste estudo foi composta pelos Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de graduação em Saúde Coletiva em funcionamento no Brasil. Foram analisados 21 PPCs de cursos ativos atualmente. A pesquisa terá abrangência nacional, considerando cursos localizados em diferentes regiões do país, ofertados por instituições de ensino superior.

Os documentos foram acessados por meio do Repositório do Fórum de Graduação em Saúde Coletiva (FGSC) da ABRASCO, disponível no site <https://abrasco.org.br/comissoes-gts-comites-e-foruns/forum-de-graduacao-em-saude>

[-coletiva/](#) e, quando necessário, diretamente nos sites oficiais de cada instituição.

A coleta dos documentos foi realizada entre Setembro e Novembro de 2025. Considerou-se os PPCs mais atualizados disponíveis até o momento da coleta. Nos casos em que não houve versão recente, foi utilizado o último documento disponível publicado pela instituição.

4.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos:

Os cursos de bacharelado em Saúde Coletiva em funcionamento no Brasil, que disponibilizam Projetos Pedagógicos de Curso de forma pública e acessível, seja no Repositório do Fórum de Graduação em Saúde Coletiva (FGSC) da ABRASCO, seja nos sites institucionais das universidades;

Os documentos publicados na versão mais recente disponível no momento da coleta.

Foram excluídos do estudo:

- Os cursos que não sejam do tipo bacharelado;
- Os cursos não reconhecidos pelo MEC;
- Os cursos que não disponibilizem seus PPCs de forma pública e acessível;
- Os cursos que apresentem os documentos incompletos.

4.4 Variáveis do Estudo

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso foi guiada por dimensões específicas, que serviram como base para a aplicação da escala de avaliação. Essas variáveis foram definidas a partir da literatura sobre currículo, equidade, gênero e diversidade sexual.

As dimensões analisadas incluem:

- Presença dos temas de gênero e diversidade sexual nos objetivos do curso (explícita ou implícita);
- Se esses temas são tratados de forma específica (trata diretamente dos temas de gênero e/ou diversidade sexual no seu nome ou conteúdo) ou transversal (o tema não é o foco principal da disciplina, mas aparece como parte dos

conteúdos).

- Carga horária destinada aos conteúdos, quando identificada;
- Natureza da disciplina (obrigatória ou optativa);
- Menções ao compromisso com a equidade, diversidade ou direitos humanos no projeto pedagógico.

Essas variáveis foram classificadas com base na escala Likert de cinco pontos, buscando identificar níveis diferentes de presença e aprofundamento dos conteúdos analisados.

4.5 Procedimentos para a Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada a partir das informações dos PPCs dos cursos de bacharelado em Saúde Coletiva em funcionamento no Brasil. Inicialmente, foi feito um mapeamento dos cursos ativos por meio do site do Ministério da Educação (MEC) e do Repositório do Fórum de Graduação em Saúde Coletiva (FGSC) da ABRASCO. Nos casos em que o PPC não estava disponível neste repositório, a busca foi feita diretamente nos sites institucionais das universidades. Foi possível localizar 21 Projetos pedagógicos.

Cada PPC coletado foi nomeado com o nome da instituição e o ano do documento, e armazenado em uma pasta, no intuito de facilitar o rastreo e a análise. Também foi realizada uma leitura inicial para verificar se o documento estava completo, atualizado e legível.

Por fim, os documentos foram organizados em uma planilha google, onde foram extraídas e registradas as seguintes informações:

- Região da instituição;
- Ano de publicação PPC;
- Componentes curriculares (nome das disciplinas, se obrigatórias ou optativas);
- Carga horária dos componentes;
- Descrição das disciplinas que mencionam gênero e diversidade sexual, observando se os temas aparecem no resumo da disciplina ou nos tópicos que serão abordados ao longo do curso;
- Outras menções relacionadas à equidade, diversidade, políticas e direitos humanos na ementa dos PPCs.

4.6 Matriz Analítica e Escala Likert: Análise dos Dados

Para organizar a análise dos PPCs, foi elaborada uma matriz analítica na planilha google. Essa matriz funcionou como um instrumento para registrar, avaliar e comparar a presença e o grau de aprofundamento dos temas.

Foi avaliada na matriz quatro dimensões principais, definidas com base nos objetivos do estudo. Cada dimensão incluiu um ou mais critérios observáveis nos PPCs, que foram analisados e classificados com base em uma escala tipo Likert de cinco pontos.

As quatro dimensões da matriz foram:

1. **Objetivos Formativos:** Verificação da presença explícita dos temas de gênero e/ou diversidade sexual nos objetivos gerais ou específicos do curso.
2. **Componentes Curriculares:** Identificação através das ementas o principal componente curricular identificado em cada PPC que aborda temas relacionados a gênero e diversidade sexual das disciplinas e se são de caráter obrigatórias ou optativas e se tratam desses temas de forma específica ou transversal.
3. **Profundidade e Abordagem:** Avaliação do nível de detalhamento e da forma como os temas são tratados nas ementas ou conteúdos programáticos (ex: se aparecem apenas como menção pontual ou são explorados com maior complexidade).
4. **Referência a Políticas Públicas e/ou Menções equidade, diversidade ou direitos humanos:** Observação de menções a políticas públicas, equidade, diversidade na ementa dos PCCs.

Cada critério foi avaliado com base na seguinte escala de Likert de 1 a 5 pontos (Quadro 1):

Quadro 1 — Pontuação da escala Likert (1–5) por dimensão e critérios de avaliação dos PPCs de Saúde Coletiva.

Pontuação	Dimensão / Critérios
Dimensão 1: Objetivos formativos	
Ponto	Critério
1	Ausente.
2	Menção implícita (ex.: “equidade”/“direitos humanos”, sem citar gênero/diversidade).
3	Explícita sem detalhamento.
4	Explícita + objetivos/competências.
5	Explícita + objetivos e desenvolvimento/avaliação.
Dimensão 2: Componentes curriculares	
Ponto	Critério
1	Ausência de disciplina relacionada aos temas de gênero e diversidade sexual ou inexistência de informação no PPC.
2	Disciplina com abordagem transversal pontual, na qual os temas aparecem de forma indireta ou secundária
3	Disciplina com abordagem transversal recorrente, em que gênero e/ou diversidade sexual aparecem mas não é o foco central
4	Disciplina específica sobre gênero e/ou diversidade sexual, de caráter optativo, com objetivos formativos explicitados no PPC
5	Disciplina específica e obrigatória, com objetivos claramente definidos e foco direto nos temas de gênero e diversidade sexual
Dimensão 3: Profundidade/abordagem	
Ponto	Critério
1	Sem menção na ementa
2	Conteúdo listado na ementa.
3	Ementa + objetivos de aprendizagem.
4	Ementa + objetivos + metodologias/avaliações descritas.
5	Integração transversal e documentada com os objetivos claros e avaliação
Dimensão 4: Políticas/marcos e equidade/diversidade/DH	
Ponto	Critério
1	Ausente.
2	Menções genéricas.

3	1 marco/política específica.
4	≥2 marcos articulados ao currículo.
5	Múltiplas referências com vínculo explícito à formação/competências.

Fonte: A autora (2025).

4.7 Aspectos éticos

O estudo seguiu os princípios éticos estabelecidos na Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016 sobre ética em pesquisa com seres humanos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental dos PPCs disponibilizados para acesso público pelas Instituições de Ensino. Diante disso, o estudo não demandou avaliação pelo Comitê de Ética. Durante a consolidação dos dados, foram preservadas as informações que permitiram a identificação das instituições ou cursos.

5 RESULTADOS

5.1 Caracterização dos cursos

Foram analisados 21 PPCs de cursos de graduação em Saúde Coletiva em funcionamento no Brasil, obtidos por meio do Repositório do Fórum de Graduação em Saúde Coletiva da ABRASCO e dos sites institucionais das universidades, considerando-se sempre a versão mais recente disponível no período da coleta.

Os cursos analisados estão distribuídos nas cinco regiões do país, com maior concentração nas regiões Norte e Sul, seguidas pelas regiões Nordeste e Sudeste, e menor número no Centro-Oeste. Todos os cursos pertencem a instituições públicas. Os documentos apresentaram variação quanto ao ano de elaboração e atualização, assim como diferenças na organização curricular.

5.2 Objetivos Formativos

Do total de cursos analisados, 3 cursos (14,3%) não apresentaram qualquer menção aos temas avaliados nos objetivos formativos, perfil do egresso ou competências, sendo classificados com nota 1, demonstrando ausência total da temática. Outros 7 cursos (33,3%) obtiveram nota 2, por apresentarem apenas menções implícitas, geralmente associadas a termos genéricos e sem referência direta a gênero ou diversidade sexual.

Já 6 cursos (28,6%) alcançaram nota 3, o que significa que o tema aparece de forma explícita, porém sem detalhamento quanto aos objetivos ou competências formativas.

Apenas 1 curso (4,8%) foi classificado com nota 4, por apresentar menção explícita aos temas articulada aos objetivos e competências do curso, porém sem evidências claras de acompanhamento por estratégias de desenvolvimento ou avaliação.

Por fim, 4 cursos (19,0%) obtiveram nota 5, por incluírem de forma explícita os temas de gênero e diversidade sexual nos objetivos formativos, com articulação direta ao perfil do egresso, às competências esperadas e a elementos de desenvolvimento e avaliação ao longo do curso.

Tabela 1 - Distribuição de notas dos objetivos formativos

Nível (1–5)	Categoria	N	%
1	Ausente	3	14,3%
2	Implícita	7	33,3%
3	Explícita sem detalhamento	6	28,6%
4	Explícita + objetivos/competências	1	4,8%
5	Explícita + objetivos e avaliação	4	19,0%
Total		21	100

Fonte: A autora (2025).

5.3 Componentes Curriculares

A avaliação dos componentes curriculares relacionados aos temas de gênero e diversidade sexual, considerando o componente principal identificado em cada PPC, revelou diferentes resultados entre os 21 cursos analisados.

3 cursos (14,3%) obtiveram nota 1, indicando ausência de disciplina relacionada aos temas ou inexistência de informações no PPC. 5 cursos (23,8%) foram classificados com nota 2, caracterizando uma abordagem transversal pontual, na qual os conteúdos aparecem de forma indireta ou secundária no componente curricular. Outros 5 (23,8%) alcançaram nota 3, apresentando abordagem transversal recorrente, com maior presença dos temas ao longo do componente, embora sem centralidade explícita. 6 cursos (28,6%) receberam nota 4, por possuírem disciplinas específicas de caráter optativo, com objetivos formativos explicitados nos documentos analisados.

Por fim, 2 cursos (9,5%) obtiveram nota 5, por apresentarem disciplinas específicas e obrigatórias, com foco direto nos temas de gênero e diversidade sexual e objetivos claramente definidos no PPC.

Tabela 2 - distribuição de notas dos componentes curriculares

Nível (1–5)	Categoria	N	%
1	Ausência de disciplina	3	14,3%
2	abordagem transversal pontual	5	23,8%
3	transversal recorrente	5	23,8%
4	específica e optativa	6	28,6%
5	específica e obrigatória	2	9,5%
Total		21	100

Fonte: A autora (2025).

5.4 Profundidade e forma de abordagem dos conteúdos

A análise da profundidade e da forma de abordagem dos conteúdos relacionados a gênero e diversidade sexual nos PPCs, a partir da leitura das ementas, objetivos e estratégias pedagógicas descritas, revelou diferentes níveis de detalhamento e integração desses temas nos currículos.

2 PPCs (9,5%) obtiveram nota 1, indicando ausência de menção aos temas nas ementas das disciplinas analisadas. 7 PPCs (33,3%) foram classificados com nota 2, nos quais os conteúdos aparecem listados nas ementas, porém sem detalhamento adicional nos objetivos de aprendizagem. 3 (14,3%) alcançaram nota 3, apresentando os temas tanto nas ementas quanto nos objetivos de aprendizagem. 4 PPCs (19,0%) receberam nota 4, por incluírem, além das ementas e objetivos, referências às metodologias de ensino e/ou formas de avaliação relacionadas aos conteúdos.

Por fim, 5 PPCs (23,8%) obtiveram nota 5, caracterizando uma integração mais consistente e documentada dos temas de gênero e diversidade sexual, com articulação clara entre ementas, objetivos, metodologias e processos avaliativos.

Tabela 3 - Distribuição de notas da abordagem dos conteúdos

Nível (1–5)	Categoria	N	%
1	menção ausente	2	9,5%
2	sem detalhamento	7	33,3%
3	detalhado e objetivo	3	14,3%
4	detalhado e com referência	4	19%
5	completo +1 referência	5	23,8%
Total		21	100

Fonte: A autora (2025).

5.5 Políticas públicas, marcos normativos e equidade/diversidade

A presença de políticas públicas, marcos normativos e referências à equidade, diversidade e direitos humanos nos PPCs revelou diferentes níveis de incorporação desses elementos nos currículos de graduação em Saúde Coletiva.

2 PPCs (9,5%) obtiveram nota 1, indicando ausência de menções a políticas públicas, marcos normativos ou referências à equidade, diversidade e direitos humanos nos documentos analisados. 8 PPCs (38,1%) foram classificados com nota 2, caracterizando menções genéricas, sem indicação de políticas ou marcos específicos relacionados aos temas. 2 PPCs (9,5%) alcançaram nota 3, por apresentarem referência a um marco ou política pública específica, porém sem articulação clara com a proposta formativa do curso. 5 PPCs (23,8%) receberam nota 4, ao mencionarem dois ou mais marcos normativos, com articulação parcial aos conteúdos curriculares e 4 PPCs (19,0%) obtiveram nota 5, por apresentarem múltiplas referências a políticas públicas e marcos normativos, com vínculo explícito à formação profissional, às competências previstas no curso e aos princípios de equidade e direitos humanos.

Tabela 4 - Distribuição de nota das políticas, marcos e equidade

Nível (1–5)	Categoria	N	%
1	Ausência	2	9,5%
2	Menção genérica	8	38,1%
3	sem articulação	2	9,5%

4	articulação parcial	5	23,8%
5	múltiplas referência	4	19%
Total		21	100%

Fonte: A autora (2025).

5.6 Resultado Geral: Frequência global de todas as dimensões

Do total das avaliações realizadas, observa-se que as notas da escala 2 e 3 concentram a maior frequência, somando 43 ocorrências (51,1%), enquanto as notas mais altas (4 e 5) correspondem a 31 avaliações (36,9%), e as notas mais baixas (1) representam 10 avaliações (11,9%).

Tabela 5: Total das notas da escala Likert

Nota	Quantidade	%
1	10	11,9%
2	27	32,1%
3	16	19%
4	16	19%
5	15	17%
Total	84	100

Fonte: A autora (2025).

6 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a inserção dos temas de gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva ocorre de forma superficial e pouco consolidada, mesmo diante DCNs homologadas em 2022. Embora parte dos cursos apresente menções explícitas e estruturadas, a predominância de pontuações intermediárias e baixas nas quatro dimensões analisadas indica que esses conteúdos ainda não ocupam um lugar central na formação.

Nos objetivos formativos, observou-se que apenas uma parcela reduzida dos cursos incluía gênero e diversidade sexual de forma articulada aos objetivos, competências e processos avaliativos. A maioria dos PPCs apresenta menções implícitas ou sem detalhamento, o que sugere que esses temas são reconhecidos por alguns cursos, mas ainda assim não são necessariamente incorporados como eixo estruturante da formação. Esse achado dialoga com a literatura que aponta a dificuldade de traduzir princípios como equidade e direitos humanos em objetivos pedagógicos concretos (Araujo; Silva, 2019; Raimondi *et al.*;2020).

No que se refere aos componentes curriculares, os resultados mostram que, mesmo quando existem disciplinas relacionadas aos temas de gênero e diversidade sexual, elas aparecem, na maioria das vezes, como conteúdos transversais ou em disciplinas optativas. A baixa presença de disciplinas específicas obrigatórias indica que o contato com esses temas pode variar entre os estudantes, dependendo das escolhas feitas ao longo do curso. Esse resultado reforça a ideia de que a transversalidade, quando não vem acompanhada de objetivos claros e de maior centralidade no currículo, tende a gerar abordagens fragilizadas reduzindo o impacto positivo desses conteúdos (Silva; Raser, 2024).

A Profundidade na forma de abordagem evidencia que poucos PPCs apresentam uma integração mais consistente entre ementas, objetivos, metodologias e formas de avaliação. Na maior parte dos cursos, os temas aparecem apenas listados nas ementas, sem indicação de como serão trabalhados ao longo do processo formativo. Essa limitação enfraquece a formação dos futuros sanitaristas, uma vez que a ausência de estratégias pedagógicas e avaliativas dificulta as competências necessárias para lidar com desigualdades de gênero e diversidade

sexual no cotidiano profissional, conforme já apontado por Brandão e Alzuguir (2019).

Em relação às políticas públicas, marcos normativos e equidade, os resultados indicam que a maioria dos cursos apresenta apenas menções genéricas ou nenhuma referência a políticas específicas. Entendendo que a formação em Saúde Coletiva está diretamente relacionada à atuação no SUS e à implementação de políticas públicas, essa ausência chama atenção e preocupa. A pouca articulação entre os conteúdos curriculares e políticas como a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+ pode limitar a preparação dos egressos para atuar de forma sensível às desigualdades e comprometida com a equidade em saúde (Santos; Yamazaki, 2024).

De forma geral, os resultados apontam um distanciamento entre os princípios defendidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que propõem uma formação crítica e comprometida com os direitos humanos, e a forma como esses princípios aparecem nos PPCs analisados. Embora existam experiências mais estruturadas, elas ainda são pontuais e não representam um padrão entre os cursos de Saúde Coletiva no país. Esse cenário indica que a consolidação da graduação em Saúde Coletiva, enquanto área comprometida com os princípios do SUS, ainda enfrenta desafios importantes na incorporação efetiva das temáticas de gênero e diversidade sexual.

7 CONCLUSÃO

Este estudo analisou a inserção dos conteúdos sobre gênero e diversidade sexual nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva no Brasil, a partir da avaliação de 21 PPCs.

Os resultados mostram que, apesar de avanços pontuais, esses temas ainda aparecem de forma desigual, muitas vezes superficial e pouco articulada na maioria dos cursos. Em grande parte dos PPCs, gênero e diversidade sexual não estão plenamente integrados aos objetivos formativos, às competências profissionais e às estratégias pedagógicas, o que pode comprometer a formação de sanitaristas preparados para enfrentar as desigualdades presentes no cotidiano do SUS.

Por outro lado, a pesquisa também evidencia experiências positivas, nas quais os temas são abordados de forma explícita, com disciplinas específicas e articulação com políticas públicas. Esses exemplos demonstram que é possível incorporar gênero e diversidade sexual de maneira consistente e alinhada às DCNs, contribuindo para uma formação mais crítica e sensível às demandas sociais.

A relevância deste estudo está em tornar visíveis tanto os avanços quanto as fragilidades da formação em Saúde Coletiva no que diz respeito à equidade de gênero e diversidade sexual. Ao sistematizar essas informações, a pesquisa contribui para o debate sobre a necessidade de fortalecer esses conteúdos nos currículos, especialmente em um contexto de desafios políticos e sociais.

Assim, é importante reforçar que os PPCs avancem para além de menções genéricas, incorporando gênero e diversidade sexual como dimensões centrais da formação em Saúde Coletiva, em concordância com os princípios do SUS, das DCNs e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Fórum de Graduação em Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, [2025]. Disponível em: <https://abrasco.org.br/comissoes-gts-comites-e-foruns/forum-de-graduacao-em-saude-coletiva/>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- ARAUJO, Gabriela Gomes; SILVA, Andréa Costa da. Gênero e sexualidade na Licenciatura em Educação Física (EEFD/UFRJ): reflexões a partir do Projeto Político Pedagógico. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 36-59, ago./dez. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 14 de outubro de 2022. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Saúde Coletiva e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 120-121, 17 out. 2022.
- BARRETO, Raimunda Elaine Araújo. **O bacharel em saúde coletiva: um novo trabalhador no campo da saúde no Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2023.
- BRANDÃO, Elaine Reis; ALZUGUIR, Fernanda Vecchi. A importância do ensino sobre gênero na graduação em Saúde Coletiva: uma interseção necessária. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 67–79, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190241>. Acesso em: 24 maio. 2025.
- LORENA, Allan Gomes de *et al.* Graduação em saúde coletiva no Brasil: onde estão atuando os egressos dessa formação? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 369-380, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016158123>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- MENDONÇA, Paula Beatriz de Souza; CASTRO, Janete Lima de. O ensino na graduação em saúde coletiva: o que dizem os projetos pedagógicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1729-1742, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023286.14352022. Acesso em: 28 abr. 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 1948. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.
- PIMENTEL, Sílvia. Gênero e Direito. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, n. 83, p. 187–196, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistampt.com>.

Acesso em: 26 maio.2025.

RAIMONDI, Gustavo Antonio *et al.* Gênero e sexualidade nas escolas médicas federais do Brasil: uma análise de projetos pedagógicos curriculares. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190050>. Acesso em: 28 nov. 2025.

Vaz, Fernando Flávio Souza; LEMOS, Emmanuely Correia. Percepção de gestores sobre a atenção à saúde da população LGBT no Estado de Pernambuco. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434088pt> . Acesso em: 24 maio. 2025.

SANTOS, Danrvney Christian Monteiro dos; YAMAZAKI, Regiani Magalhães de Oliveira. Análise Curricular dos Cursos Presenciais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): uma abordagem acerca da inserção e da obrigatoriedade das temáticas de identidade de gênero e sexualidade. **Realização**, Dourados, MS, v. 11, n. 21, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/realizacao.v11i21.18503>. Acesso em: 24 set. 2025

SANTOS,Victor Hugo dos *et al.* Currículo oculto, educação médica e profissionalismo: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbem>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

SILVA JUNIOR, Severino Domingos; COSTA, Francisco José. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista PMKT**, São Paulo, , V. 15, p. 1-16, out, 2014. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2022/01/1_Mensuracao-e-Escalas-de-Verificacao-uma-Analise-Comparativa-das-Escalas-de-Likert-e-Phrase-Completion-1.pdf. Acesso em: 28 nov 2025.

SILVA, Jessica Maiza Nogueira; RASERA, Emerson Fernando. Gênero e sexualidade no currículo dos cursos de graduação em saúde coletiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, p1-14, 2024. DOI: <http://orcid.org/0000-0002-2582-8600>. Acesso em: 28 set.2025.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. saúde pública ou saúde Coletiva?. **REVISTA ESPAÇO PARA A SAÚDE**, Londrina, V. 15, n. 4 , p. 07-2, out/dez. 2014. Disponível em: https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/545/pdf_53 . Acesso em: 28 Abr. 2025

TEIXEIRA JÚNIOR, Paulo Roberto. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior: a lógica das competências em foco. **Crítica Educativa**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 1-18, 2020. DOI:<https://doi.org/10.22476/revcted.v6.id483>. Acesso em: 28 abr.2025.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Paulo Freire: o educador que transformou o Brasil e o mundo**. São Paulo: UBES, 2024. Disponível

em:

<https://www.ubes.org.br/2024/paulo-freire-o-educador-que-transformou-o-brasil-e-o-mundo/>. Acesso em: 30 maio. 2025.